

O PT E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

João Pedro Thimoteo - Coordenação da DS-RJ.

Estamos ultrapassando uma quadra especialmente dramática da história do capitalismo: a crise aguda não é apenas um fenômeno econômico, mas uma crise de civilização que atravessa todas as dimensões da vida social. O colapso climático, a proliferação da extrema direita, o aprofundamento da mercantilização da vida, a pauperização e o empobrecimento das maiorias, a precarização de todos os aspectos do cotidiano; trata-se de desdobramentos articulados de uma mesma sociabilidade que, para manter a acumulação e valorização do capital, corrói as condições materiais e simbólicas da própria reprodução da vida.

O dado mais inquietante dessa conjuntura é que os movimentos populares, a classe trabalhadora e seus partidos políticos parecem enfrentá-la **desarmados do ponto de vista programático**. É verdade que a esquerda contemporânea ampliou seu horizonte de lutas, incorporou novos sujeitos políticos, abriu-se a pautas sociais fundamentais que por muito tempo permaneceram à margem das organizações tradicionais. Mas, ao mesmo tempo, atravessa uma crise profunda de **tradição estratégica**. As múltiplas frentes de luta têm enorme dificuldade quando se trata de formular um horizonte que vá além da gestão “**democrática**” do capitalismo, e, quanto mais evidente se torna a incapacidade do capital de organizar a vida social de forma minimamente digna, menos nítido parece o horizonte de sua superação.

Não se trata, portanto, apenas de uma crise do capital, mas também do esgotamento de uma tradição política que, ao longo do século XX, pretendia enfrentá-lo. A crise objetiva da ordem convive com a crise subjetiva das forças que deveriam combatê-la. A um longo período de transformismo molecular — em que quadros, ideias e organizações foram sendo absorvidos pela lógica burguesa — seguiu-se algo ainda mais grave: a cooptação quase completa de nossas pautas históricas, agora reconfiguradas dentro de uma perspectiva de intensa diluição programática. O horizonte de superação do capitalismo e a necessidade de realizar enfrentamentos estruturais à ordem, foram transformados em soluções de compromisso que priorizam, sobretudo, a possibilidade de *governar* a crise.

No Brasil, poucas discussões revelam tanto essa falta de rumo quanto o debate sobre a questão democrática e a chamada frente ampla. Trata-se de uma questão que remonta aos anos 1950, mas que assume novo patamar com a hegemonia neoliberal consolidada na década de 1990. Desde então, o discurso predominante nas esquerdas tornou-se cada vez mais acrítico em relação aos limites históricos dos regimes democráticos-burgueses. A democracia passa a ser evocada como ‘valor’, como um bem em si mesmo, desvinculado das relações sociais capitalistas que a sustentam. Chega-se ao ponto de tratar a “questão democrática” como algo situado além da clivagem entre esquerda e direita. Essa formulação é sintoma de uma crise de direção: ela obscurece a natureza classista do regime democrático em uma formação social capitalista. Em vez de compreender a democracia burguesa como uma forma histórica específica de organização da dominação capitalista — ainda que atravessada por contradições e aberta a disputas — passa-se a concebê-la como terreno neutro, patrimônio comum de todos os “*cidadãos*”.

Esse deslocamento produz uma espécie de economicismo invertido. Se, durante o século XX, os setores dominantes do marxismo pouco faziam mais do que reproduzir uma perspectiva economicista que reduzia a política a reflexo automático da base econômica, agora se opera a separação artificial entre economia e política. De um lado, o capitalismo como modo de produção; de outro, a democracia como regime autônomo, pairando acima das contradições estruturais da sociabilidade do capital. A forma-política aparece como se pudesse se desprender do seu conteúdo social burguês, transformando-se em bandeira interclassista, lendo o mundo a partir das lentes de um politicismo que ignora as conexões entre o conjunto da vida social e as estruturas do Estado. Ao fraturar o mundo social em esferas artificialmente separadas, produz-se, como não poderia deixar de ser, uma crítica limitada e parcial, incapaz de alcançar os fundamentos da dominação classista.

Essa inflexão faz com que a defesa da democracia, que deveria significar a luta permanente pela democratização da vida social, pela radicalização dos princípios da participação e soberania popular, se torne apenas a defesa da “normalidade” institucional. É na discussão acerca da melhor tática para organizar a luta contra a extrema-direita que este enquadramento demonstra todo o seu perigo: a bandeira de luta passa a ser a mera defesa da ordem democrática realmente existente e, com isso, a defesa da própria ordem social capitalista tal como ela funciona no mundo contemporâneo. A crítica ao capital, à sua sociabilidade destrutiva, à separação artificial por ele operada entre política e

economia, cede lugar à preservação das instituições e à celebração dos valores do liberalismo “democrático”.

Esse problema aparece com nitidez quando se observa um capítulo local dessa crise de tradição: a situação do PT no estado do Rio de Janeiro. Inserido numa devastação mais ampla da perspectiva socialista, o caso fluminense expõe de maneira brutal as consequências do abandono da discussão estratégica e programática. O PT do Rio encontra-se hoje ideologicamente diluído, sem rumos nítidos e, o que é ainda mais preocupante, sem um mínimo de coesão interna que lhe permita funcionar como instrumento de mobilização dos de baixo. Ao longo das últimas décadas, o partido parece ter se acomodado à posição de coadjuvante nas disputas centrais do estado: ora compõe chapas encabeçadas pela direita neoliberal local, sempre em posição subalterna; ora lança candidaturas próprias que não conseguem unificar a esquerda nem estabelecer enraizamento consistente nos bairros populares. A campanha de Benedita da Silva à prefeitura em 2020 foi a única experiência recente que destoou parcialmente desse quadro. Foi a candidatura mais votada da esquerda e alcançou expressiva popularidade entre segmentos da classe trabalhadora. Ainda assim, não alterou o curso predominante da orientação partidária no estado.

Em 2026, recoloca-se a questão do apoio a Eduardo Paes. O argumento central é a necessidade de garantir a reeleição de Lula e fortalecer seu palanque no Rio de Janeiro — algo que, evidentemente, ninguém considera irrelevante. O problema é o modo como essa centralidade tem sido utilizada para justificar mais um movimento de diluição programática. Entra-se numa coligação sem disputar o conteúdo do seu programa, sem colocar em debate as questões estruturais do estado — da violência e da milicianização à financeirização do espaço urbano, da precarização dos serviços públicos à transformação da cidade em uma empresa — e sem nem ao menos tentar construir um diálogo com o restante da esquerda.

Mais uma vez, evoca-se a frente ampla para defender a democracia, isolar o bolsonarismo e eleger Lula. Em nome dessa tarefa, aceita-se compor com setores que, não raro, mantêm vínculos diretos ou indiretos com o próprio campo da extrema-direita que se afirma combater. Em nome da luta contra o bolsonarismo.... participaremos de uma coligação eleitoral cuja cadeira de vice estará, justamente, com bolsonaristas. Ao reduzir

o enfrentamento à extrema-direita à defesa da frente amplíssima, abandonamos a possibilidade de apresentar ao eleitorado um programa que confronte o *status quo*. O partido vai se transformando, cada vez mais, em uma força política à serviço da administração da ordem, gestor responsável da macroeconomia neoliberal, com poucas ou nenhuma tentativa de superá-la.

Estamos falando de um estado em que a maioria do eleitorado segue identificada com o bolsonarismo e onde, nos últimos quatro anos, pouco ou nada foi feito — pelo PT e pelas esquerdas — para alterar essa correlação de forças. Não vimos iniciativas de fôlego para disputar ideologicamente as bases populares, para reconstruir presença orgânica nos territórios ou para tensionar a hegemonia conservadora que se consolidou no RJ. A prioridade de Eduardo Paes, como não poderia deixar de ser, será aproximar o eleitorado de extrema-direita de sua campanha, realizando todo tipo de gesto público e recuos políticos.

Esse movimento cria as condições ideais para que a extrema-direita continue se apresentando, repetidamente, como a única alternativa antissistema. Diante de uma esquerda que não propõe ruptura alguma com a macroeconomia neoliberal, o discurso reacionário encontra terreno fértil para se afirmar como representante legítimo da indignação popular. Se a esquerda brasileira não recolocar no centro a discussão estratégica sobre a superação do capitalismo, a “luta democrática” continuará sendo, na prática, a defesa acrítica do Brasil neoliberal que temos hoje, que produz desigualdade, violência e despolitização e que, cotidianamente, alimenta o ciclo permanente de fortalecimento da extrema-direita. Reproduz-se, assim, um ciclo conhecido: a cada quatro anos, diante de uma correlação de forças desfavorável — que não é enfrentada no intervalo entre as eleições — opta-se por uma aliança subordinada com a direita neoliberal. Passado o pleito, nenhum esforço consistente é realizado para modificar essa correlação e fortalecer o partido. Como consequência, no maior estilo “thatcheriano”, chega-se sempre à mesma conclusão: *não há outra alternativa*, além da aliança com o neoliberalismo “democrático” e da construção de uma frente amplíssima em defesa da institucionalidade.

Diante de tantas contradições, permanece atual o desafio que deu origem ao próprio PT: constituir-se como instrumento político de organização e de luta da classe

trabalhadora. Para isso, é preciso recolocar no centro do debate, e da prática, aquilo que sempre esteve na base das grandes transformações sociais: a luta de massas. Não se trata de abandonar o terreno institucional, mas de voltar a pensá-lo do ponto de vista estratégico, utilizando-o para tensionar permanentemente os limites da democracia liberal, abrindo caminho para uma radicalização democrática fundada na ampliação da soberania e participação popular. É nesse horizonte, de uma democracia substantiva, construída a partir da mobilização dos de baixo e orientada para a superação das estruturas sociais que reproduzem a dominação capitalista, que a esquerda pode voltar a apresentar ao país um projeto verdadeiramente socialista e democrático.